

Castelo não cogita de nomes para a sucessão

File - Pres. dict. '66

ESP

Da Sucessão

RIO, 25 — O presidente Castelo Branco, em conversa com auxiliares diretos, declarou que só pretende iniciar oficialmente as articulações para a escolha do seu sucessor depois que, no plano político, estiver estruturada a ARENA e, na esfera administrativa, forem concluídas as reformas que representam uma das preocupações dominantes do presidente, já que devem corresponder ao programa e ideais da Revolução de 31 de Março.

Ao que se informa, o marechal Castelo Branco, até o momento, não organizou lista dos seus prováveis sucessores.

Por outro lado, sabe-se que, entre as reformas que o presidente deseja completar, está a administrativa. O chefe do governo se considera, a esta altura, com suficiente experiência para identificar as mais graves falhas da burocracia nacional, multiplicadas pela duplicidade de capitais. Acredita o presidente que a obra da Revolução não estaria completa sem efetiva e profunda reforma nesse setor.

Um representante do pensamento presidencial esclareceu que o marechal Castelo Branco não cogita de mudar imediatamente os ministros ou modificar chefias militares.

Quanto ao caso específico dos militares, informa-se que o general Costa e Silva está perfeitamente entrosado com o presidente, constituindo-se em segurança e tranquilidade para a disciplina do Exército e sua integração com o governo. Por sua vez, o brigadeiro Eduardo Gomes, cuja saúde já se encontra recuperada, é considerado o titular de uma das pastas substituíveis do governo. Por fim, o almirante Bosisio, convocado para o Ministério da Marinha para, juntamente com o brigadeiro Eduardo Gomes, resolver a crise suscitada pela aviação embarcada, tendo cumprido sua missão, renovou seu pedido de demissão, insistindo em razões de ordem estritamente particular. (Página 3).

DECLASSIFIED

Authority NND 53155

FILE: Pres. sucess

JB 12/16/65

Governo quer na sucessão um bom nome

A grande preocupação do Governo no momento, segundo os líderes mais expressivos, é escolher o nome certo para a sucessão presidencial e completar a consolidação revolucionária através de uma representação parlamentar que corporifique o novo estilo político brasileiro.

Acham os setores ligados ao Governo que o alijamento das lideranças políticas dos Governadores Magalhães Pinto e Ademar de Barros e do ex-Governador Carlos Lacerda completou o processo de expurgo Revolução de março.

Os mais importantes líderes do Governo, que têm permanente acesso ao Marechal Castelo Branco, estão atentos às advertências feitas por alguns dos mais responsáveis intelectuais de esquerda, como o Sr. Nestor Duarte. Esses setores, acham falsa a conformação política do País no bipartidarismo, argumentando com o fato de que falta a essa conformação uma imposição de corrente sociológica e que essa ausência de pensamento poderá degenerar num choque armado de proporções incomensuráveis.

A esse argumento respondem líderes do Governo, como o Sr. Daniel Krieger, com o dado de que se trata de uma reorganização provisória. O Governo, afirmam, não deseja a colaboração da subversão, mas não inclui nessa classificação os setores jovens que desejam oferecer colaboração. Por isso mesmo o Ministro da Justiça foi levado a convocar elementos de várias tendências, a fim de estabelecer um diálogo de todo proveitoso com as chamadas forças emergentes da sociedade brasileira. Os líderes governistas estão atentos para o fato de que o Brasil, em 1970, terá 100 milhões de habitantes. Por isso, dizem que os dois partidos ora formados não representam, na verdade, os objetivos da Revolução, mas apenas um saneamento provisório da vida brasileira, esperando que durante esse período sejam criadas condições capazes de ensejar a organização definitiva.

O que os mais respeitáveis líderes do Governo consideram é que há necessidade, durante um período mínimo de cinco anos, de limpar a vida brasileira do seu vício principal, a aliança do populismo e com a demagogia. Assim, essas líderes acham que será necessária a eleição de um militar para a sucessão do Marechal Castelo Branco, se o próprio não tiver condições de se reeleger, convictos de que só mesmo um militar poderá assegurar uma tranquilidade relativa no campo político e social.

Esses líderes acreditam que possam existir no Brasil até uma organização partidária definitiva. Mas, a importância partidária do País será circunscrita a duas agremiações, ficando as demais, admitindo-se inclusive o Partido Comunista, com influência regional, enfraquecida. O Governo manterá assim, através de um dispositivo político de força, a sua hegemonia e garantirá a continuidade dos objetivos da Revolução.

Nos contatos que tem mantido ultimamente com os líderes políticos da sua maior intimidade, o Marechal Castelo Branco tem-se referido quase sempre com preocupação ao problema da sua própria sucessão. O Presidente considera inteiramente válida a tese de que houve uma Revolução no Brasil e que a ele cumpre expressar seus anseios. No entanto, não deseja se arrogar a si o título de líder dessa corrente, admitindo que um outro possa vir a representá-la e a defendê-la talvez com maior brilhantismo do que ele próprio.

Se aceitou a prorrogação de seu mandato, o fez colocando-se não como centro dos acontecimentos, mas subordinando-se aos acontecimentos.

Mas sabe o Sr. Castelo Branco — e tem dito isto aos líderes políticos — das dificuldades que deverá encontrar no seu caminho para escolher um homem que garanta a continuidade revolucionária até 1970. E 1970 é para os dirigentes do Governo o limite para alcançar a estabilidade política e econômica e através dela o equilíbrio social.

Quando fala em nomes civis o Presidente não deseja, como alguns setores acham, restabelecer a oligarquia repetida na Argentina. Há da sua parte um desejo sincero de, mantendo o equilíbrio entre os poderes militar e civil, impedir o nascimento de qualquer dado de utilização das esquerdas.

Pol-14

Jornal da Brasil
December 16, 1965